

## **Desempenho e Mudanças da Economia do Nordeste nas Primeiras Décadas do Século XXI.**

### **Performance and Changes in the Economy of Northeast Brazil in the First Decades of the 21st Century.**

**Carlos Antonio A. Cavalcanti Junior**

Economista (UFPE), Doutor em Economia (UFPE-PIMES); ([carcavjr@gmail.com](mailto:carcavjr@gmail.com))

**João Policarpo R. Lima**

Economista (UFPE) PhD em Economia (Universidade de Londres), Prof. Titular do Departamento de Economia da UFPE e pesquisador do CNPq;  
([jprima@ufpe.br](mailto:jprima@ufpe.br))

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo a abordagem do crescimento econômico da Região Nordeste do Brasil ao longo das duas primeiras décadas do século 21. O trabalho contextualiza a região, seu histórico, algumas políticas públicas atuantes e dá ênfase ao Território do Semiárido, notadamente uma sub-região de interesse devido às suas ainda frágeis bases socioeconômicas. A análise, que trabalhou com informações de regiões, estados e microrregiões, buscou destacar dois quadros. O primeiro, tomando uma perspectiva mais de curto prazo, focando nas implicações regionais da crise brasileira pós 2014. O segundo acompanha a evolução em todo o período estudado, de modo que as trajetórias de crescimento das regiões possam ser observadas. Dentre os resultados, observou-se no período uma lenta, mas significativa redução das desigualdades regionais no país, com o Nordeste (e mais ainda sua área semiárida) se mostrando mais dinâmico que o Brasil e a Região Sudeste.

**Palavras-chave:** Crescimento Econômico; Economia do Nordeste; Semiárido nordestino.

**Abstract:** This paper aims at approaching the Economic Growth of the Northeast Brazil over the first two decades of the 21st century. The work contextualizes the region, its history, some active public policies and emphasizes the Semi-Arid Territory, notably a sub-region of interest due to its still fragile socio-economic foundations. The analysis, which worked with information at the level of regions, states and microregions, sought to highlight two frames. The first, taking a more short-term perspective, focusing on the results around the period of the Brazilian crisis of 2014. The second follows the evolution throughout the studied period, so that the growth trajectories of the regions can be observed. Among the results, a slow but significant reduction in regional inequalities in the country was observed in the period, with the Northeast (and even more so its semi-arid area) proving to be more dynamic than Brazil and the Southeast Region.

**Keywords:** Economic Growth; Brazilian Northeast Economy; Semiarid Region of Northeast.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Região Nordeste do Brasil continua sendo um espaço de relativo atraso socioeconômico. Essa evidência se torna ainda mais profunda em sua área semiárida, considerada uma das regiões mais pobres do País. Essa característica atrasada faz da região Nordeste um interessante objeto de estudo nos mais variados temas.<sup>1</sup>

De fato, a análise do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* revela a defasagem que existe entre o Nordeste e o Brasil e o contraste é ainda maior quando considerado o Território do Semiárido. No ano de 2010, o PIB *per capita* do Nordeste era aproximadamente R\$ 9.550, cerca de 54,6% do PIB *per capita* do País (LIMA, 2014). Com relação ao Semiárido, Garcia e Buainain (2011) mostram que no ano de 2008, o PIB a preços correntes dos municípios que fazem parte do Semiárido Brasileiro era de R\$ 115,7 bilhões (3,8% do PIB brasileiro), o que equivalia a um PIB *per capita* de aproximadamente R\$ 5,4 mil por ano e a uma renda *per capita* mensal de R\$ 450,00, inferior ao salário-mínimo da época. Mais recentemente, em 2019, foi possível observar que a defasagem continua grande, com o Semiárido Nordestino registrando uma renda *per capita* de R\$ 1.176 (desta vez pouco acima do salário-mínimo), ao passo que o Nordeste registrou um valor de R\$ 1.530. O Brasil por sua vez registrou R\$ 2.930, e a região mais rica, o Sudeste, R\$ 3.694.

Apesar deste quadro de dificuldades, são significativos os avanços e transformações vivenciados na Região em anos mais recentes (principalmente a partir dos anos 2000). Neste período, se observa um crescimento econômico maior da região nordestina na comparação com o País como um todo. Além disso, esse crescimento tem sido ainda maior na região semiárida. Uma evidência desse fortalecimento da Região, em boa parte resultante de políticas públicas, tais como a Previdência Rural, o Bolsa Família, e investimentos incentivados, foi uma resistência maior à forte seca observada nos anos de 2011-13 (CARVALHO, 2014), apontada como a mais intensa dos últimos cem anos<sup>2</sup>.

Porém, o futuro da região parece ser bastante incerto por uma gama de fatores. Mudanças recentes em políticas públicas (tais como as modificações nos programas de transferência de renda do Governo Federal) e a conclusão iminente de importantes infraestruturas (como a transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina) são alguns destes. Agregado a tais fatos, a crise econômica vivida pelo Brasil a partir do ano de 2014 despertou dúvidas acerca do desenvolvimento recente. Este episódio, que afetou as mais diversas regiões do país, pode ter provocado mudanças maiores em diversos setores no Nordeste, atingido assim de forma heterogênea a região.

O presente estudo tem por objetivo avaliar o crescimento econômico recente da região Nordeste, buscando avaliar se a região manteve sua trajetória mais dinâmica frente ao Brasil ou se o período recente de crise econômica, a partir de 2014, contribuiu para alterar isto, procurando entender o que se passa com a economia nordestina desde então. Busca-se também comparar o Nordeste com as demais regiões brasileiras e com o Semiárido Nordestino. Por último, algumas abordagens dos estados e das microrregiões ajudam a entender as possíveis mudanças dentro da região. Porém, antes da execução de tais

---

<sup>1</sup> Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), para o ano de 2021, o Nordeste é dentre as macrorregiões brasileiras a que detém o pior indicador (0,663) um pouco atrás da região Norte (0,667) (PNUD, 2016). Por estados em 2021, o Ceará aparece em 12º (0,734), sendo este o maior do Nordeste e o Maranhão o estado com o mais baixo IDHM no Brasil (0,676) (PNUD, 2023). Em 2010 o R. G. do Norte, então 1º. no Nordeste tinha 0,682 e Alagoas, então o pior do Nordeste e do Brasil, tinha 0,631. Tendo em conta a média por estados entre os anos citados o Nordeste cresceu 6,5%, enquanto São Paulo cresceu 2,98%.

<sup>2</sup> Note-se que não houve registro de mortes por fome, nem de saques de alimentos, contrastando com a seca de 1915, onde há notícias de cerca de 300.000 mortos, segundo Raquel de Queiroz em O Quinze. As transferências de renda e a maior oferta de alimentos ajudam a entender essa melhor situação. Para mais informações: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/05/nordeste-brasileiro-vive-pior-seca-dos-ultimos-cem-anos.html>.

análises, o trabalho se preocupa em contextualizar diversos aspectos regionais à luz de algumas fontes bibliográficas: como as características gerais da região, o Território do Semiárido, as políticas públicas regionais e o crescimento recente.

Nesse contexto, o objetivo mais geral deste trabalho é contribuir para o entendimento do que se passa com a economia nordestina nos anos 2014 em diante.

## **2 BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO NORDESTE**

A Região Nordeste do Brasil ocupa uma área em torno de 1,55 milhão de km<sup>2</sup>, cerca de 18,2% do território brasileiro com estimativa para o ano de 2021 de pouco mais de 57 milhões de pessoas, representando aproximadamente 27% da população do País, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>. A Região é formada por nove estados, contando com grande diversidade geográfica e socioeconômica. Possui importantes cidades com mais de um milhão de habitantes, dentre estas: Fortaleza, Salvador, Recife, São Luiz e Maceió.

Do ponto de vista histórico, como estudado por Furtado (2007), foi a economia açucareira a atividade mais importante a se desenvolver na região nordestina após a ocupação das terras brasileiras pelos portugueses. Era um mercado de dimensões relativamente grandes, com alta rentabilidade e elevado grau de especialização.

As primeiras incursões portuguesas pelo interior do Nordeste já mostravam a dureza do clima da região. A primeira atividade econômica da região semiárida foi a pecuária, que era subsidiária da atividade produtora de açúcar localizada no litoral, produzindo alimentos e animais de carga/tração para esta última. O longo período de atrofimento pelo qual passou a economia nordestina, do fim do século XVII e começo do século XIX, teve como resultado o afrouxamento do efeito dinâmico externo sobre a pecuária, o que a levou a se apoiar cada vez mais no setor de subsistência (ARAÚJO; LIMA, 2009).

Ainda, de acordo com Garcia e Buainain (2011), os elementos estruturais da economia açucareira, tais como a monocultura, a grande propriedade, a mão de obra escrava e o elevado volume de capital, moldaram toda a estrutura socioeconômica da Região Nordeste. Além disso, como narram os autores, as atividades do algodão vêm a assumir importante papel posteriormente no interior da Região. Esta atividade, produzida em bases técnicas precárias, afirmou-se durante a Guerra da Secessão e abolição da escravatura nos Estados Unidos (EUA), e constituiu-se em uma base econômica importante para a região durante mais de um século, em torno da qual sobrevivia a maioria dos pequenos produtores rurais do semiárido.

De acordo com Araújo e Lima (2009), até meados do século XX, não houve grandes transformações na economia da região semiárida, apesar da presença, em alguns estados como o Rio Grande do Norte, da mineração que veio a se tornar uma atividade importante.

Nesse contexto, um evento de transformação foi a criação em 1959 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), agência desenvolvimentista que visava diminuir as diferenças regionais existentes no país. De acordo com Araújo e Lima (2009), a SUDENE atuou com maior intensidade no incentivo ao desenvolvimento de indústrias no

---

<sup>3</sup> Para mais informações, acesse: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

Nordeste, deixando de lado a questão rural, que só teve mais atenção a partir do fim da década de 1970. De um modo geral, a SUDENE alcançou resultados satisfatórios; a economia do Nordeste cresceu a um ritmo maior do que a economia brasileira, diminuindo um pouco a diferença entre a média dos produtos *per capita* regional e nacional. Porém, as ações da SUDENE foram concentradoras de renda, tanto do ponto de vista das classes sociais como do ponto de vista espacial.

Uma sub-região nordestina de particular interesse devido ao seu histórico de maior vulnerabilidade socioeconômica é o Semiárido Nordestino. O Semiárido Brasileiro é uma região delimitada pela SUDENE, que o faz considerando características específicas que refletem as condições de semiaridez local, com o intuito de servir como referência para a atuação de políticas públicas. Essa delimitação tem sofrido revisões em anos recentes, em 2005, 2017 e 2021<sup>4</sup>. De acordo com a delimitação de 2017, do Nordeste, faziam parte do semiárido 1.171 municípios.

As características de aridez do clima, deficiência hídrica, e solos pobres em matéria orgânica, além da concentração fundiária, implicam em sérias limitações para a agricultura convencional em grande parte (algo como 70% do bioma caatinga) do Território do Semiárido (SILVA, 2006). Por outro lado, há de se destacar a região dos municípios ribeirinhos ao Rio São Francisco, as regiões de chapadas e as de maior pluviosidade, com grandes reservatórios de água, onde por meio de uma avançada irrigação se pratica uma agricultura moderna e produtiva. Ou seja, o semiárido é heterogêneo e contrastante, o que se reflete em disparidades de níveis de desenvolvimento e dinamismo econômico.

No atual cenário, a diferença do PIB *per capita* da região Nordeste com relação ao País é um exemplo das dificuldades socioeconômicas por ela enfrentadas. No ano de 2019, o PIB *per capita* (média mensal) do Nordeste foi de R\$ 1.530, enquanto o do Brasil foi de R\$ 2.930. A comparação se torna ainda mais alarmante quando observado somente o território do Semiárido Nordestino, que em 2019 registrou uma média mensal de R\$ 1.176.

Neste ponto, o trabalho elaborado por Martins (2019) merece atenção. Tratou o mesmo de analisar numa perspectiva de longo prazo o crescimento econômico a nível nacional, de regiões e estados no Brasil. O autor elucida a enorme disparidade regional e o crescimento desbalanceado que as regiões tiveram desde o final da década de 30 do século passado. O trabalho mostra, entre outras coisas, que a região Nordeste logrou um aumento no percentual de participação do PIB brasileiro desde os anos 1970, após um período anterior de declínio. Esse movimento assemelha-se ao ocorrido com as regiões Norte e Centro Oeste, ao passo que a Região Sul apresentou uma maior estabilidade. Por outro lado, a Região Sudeste registra uma queda da participação nos anos 1970 em diante. Esse cenário é corroborado também pelas análises com PIB *per capita*, que mostram movimentos regionais parecidos com o descrito. Mesmo assim, a disparidade regional atual ainda é enorme, com a região Nordeste registrando 14,18% de participação no PIB brasileiro no ano de 2019, ao passo que a região Sudeste registrou para o mesmo ano 53,02% (valores observados nos dados deste trabalho).

Há, assim, indicações de que, mesmo de forma lenta, mudanças significativas vêm ocorrendo na região nordestina, em que pese a persistência estrutural dos desequilíbrios regionais.<sup>5</sup> O crescimento mais recente da região, a continuidade ou não

---

<sup>4</sup> Pela delimitação de 2021 ser muito recente na época da construção deste trabalho, não havia atualizações nas bases consultadas, levando os autores a utilizar a delimitação de 2017 como referência. Para mais informações sobre a revisão de 2021: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/02/19/delimitacao-do-semiarido-entra-espirito-santo.htm>

<sup>5</sup> Segundo Sérgio Buarque (2019): “O grande estrangulamento do Nordeste é a **enorme defasagem de competitividade sistêmica da região** em relação à média nacional (...) A este estrangulamento se associa a **baixa produtividade das**

dessas mudanças, serão melhor vistos adiante. A seção seguinte contextualiza algumas políticas públicas atuantes na região, em que pesem a sua relevância para o desenvolvimento regional recente. Traz ainda uma breve, mas importante, discussão sobre a literatura de desenvolvimento regional.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O CRESCIMENTO REGIONAL

Um dos principais instrumentos de política pública em atuação no Nordeste são os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O fundo, operado pelo Banco do Nordeste, financia diversos setores produtivos na região, como agropecuária, industrial, agroindustrial, turismo, comércio, dentre outros<sup>6</sup>. Dentro do semiárido o FNE, assim como outras políticas públicas, assume um papel diferenciado, permitindo um maior acesso e facilidade na tomada de seus recursos por parte dos habitantes dos municípios da região<sup>7</sup>.

Esse papel que o FNE assume dentro do território do semiárido está ligado a uma fatia maior dos recursos que são destinados aos municípios da região (pelo menos metade dos recursos). Além disso, existe um “bônus” de 15% sobre os juros pagos até a data de vencimento e, se o empreendimento estiver localizado em municípios do semiárido do Nordeste, o benefício pelo pagamento em dia sobe para 25%. Ainda, o prazo de financiamento dado pelo fundo é de até 12 anos, incluindo até 4 anos de carência. Para os municípios localizados no semiárido o prazo é de até 15 anos, incluindo até 5 anos de carência (CNI, 2011).

Outras vantagens que se somam aos municípios do semiárido são um maior acesso aos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE), maior assistência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (financiamento de infraestrutura hídrica e implementação de infraestrutura) e de construção de sistemas<sup>8</sup>.

A importância que o FNE desempenha no desenvolvimento da região motivou diversos estudos avaliando seu impacto local. Soares, Sousa e Pereira Neto (2009) investigaram o impacto do fundo no crescimento do emprego, da massa salarial e do salário médio das empresas formais beneficiadas no Nordeste, obtendo impactos significantes nos dois primeiros. Resende (2012) por sua vez, avaliou micro e macro impactos dos empréstimos do programa FNE-Industrial no estado do Ceará, com a sugestão de um impacto positivo e estatisticamente significativo dos empréstimos sobre o crescimento do PIB *per capita* no estado. Já Silva, Resende e Silveira Neto (2009), avaliaram e compararam a eficácia dos empréstimos do FNE e de outros fundos constitucionais, obtendo no que diz respeito ao primeiro, um resultado geral de impacto positivo sobre a taxa de variação do número de empregados e a ausência de impacto sobre a taxa de variação do salário médio pago pelas firmas. Caldas (2016), também avaliou o efeito do programa de microcrédito do FNE sobre o emprego e a renda dos municípios

---

**atividades produtivas**, agravando a defasagem regional e a incapacidade da região de competir no mercado nacional e internacional. (...) O desenvolvimento do Nordeste (...) será possível apenas quando a competitividade sistêmica da região se aproxime da média nacional e das regiões mais desenvolvidas.”

<sup>6</sup> Para mais informações sobre o FNE: <https://www.bnb.gov.br/fne>.

<sup>7</sup> Essas vantagens normalmente provocam pressões políticas por parte de estados e municípios nos bastidores políticos a cada nova delimitação a ser aprovada.

<sup>8</sup> Para outras informações: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/02/19/delimitacao-do-semiarido-entra-espirito-santo.htm>

entrantes na delimitação estabelecida em 2005. Não encontrou efeitos sobre as localidades tratadas, argumentando para isso que, possivelmente, os novos municípios não estão aproveitando os benefícios extras e não estão contraindo mais empréstimos.

Ainda no âmbito de trabalhos sobre o FNE, Cavalcanti Junior e Lima (2019) buscaram relacionar o montante dos financiamentos do fundo (destinados aos setores de indústria e agroindústria) com o crescimento da indústria nos municípios do Semiárido Nordestino, observando repasses no intervalo de 1999 a 2013. O resultado indica que os aportes do FNE parecem estar ajudando para o maior dinamismo do setor industrial no semiárido.

Há de se mencionar também o papel do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como indutor de redução das desigualdades regionais no Brasil. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2012), o FPM foi criado no ano de 1965, sendo inicialmente formado por 10% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda (IR) e sobre os produtos industrializados (IPI). De sua concepção, o FPM tem por objetivo diminuir as desigualdades regionais, na medida em que transfere renda das regiões mais ricas para as mais pobres. Os critérios de distribuição do FPM estabelecem uma relação direta com a população e inversa com o Produto Interno Bruto dos municípios.

Por fim, o papel das políticas públicas estaduais não pode ser esquecido, sendo estas muitas vezes fundamentais no maior desenvolvimento de regiões específicas e menos desenvolvidas, com os governos estaduais promovendo muitas vezes programas focados em determinadas ações estratégicas nesses espaços menos desenvolvidos. Dessa forma, tais políticas, onde em geral incluem-se incentivos fiscais de tributos estaduais, são fundamentais no processo de interiorização do crescimento e têm sido praticadas em todos os Estados da Região. Como exemplo, no Ceará as políticas governamentais são estruturadas a partir de sete eixos governamentais de articulação intersetorial, os quais contemplaram a proposta do plano plurianual de 2016-19. Estas incluem ações visando a melhoria da economia estadual, tais como fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial e geração de trabalho e renda<sup>9</sup>. Já no estado do Piauí, desde 2007, o governo implanta uma estratégia de desenvolvimento de planejamento participativo territorial. O planejamento das ações governamentais passa pelos territórios de desenvolvimento (regiões do estado), visando uma democratização das ações e uma regionalização do orçamento<sup>10</sup>. Como último exemplo, no Rio Grande do Norte, o governo estadual leva adiante um Plano Estadual de Economia Solidária, regulamentado em 2020. Este se objetiva ao apoio e fomento de diversos empreendimentos coletivos. São favorecidas atividades como a agricultura familiar, pesca, artesanato e pequenas confecções<sup>11</sup>.

Num plano mais geral, o crescimento econômico ao longo de um determinado período para diferentes regiões tem sido visto na literatura de desenvolvimento regional através de abordagens dicotômicas. A literatura específica é dividida em duas visões opostas acerca da dinâmica por trás dessas diferenças de desenvolvimento. Por um lado, se encontram os trabalhos dos estudiosos adeptos do modelo neoclássico de crescimento econômico de Solow (1956), que postula existir uma tendência de redução nas diferenças de rendas relativas entre economias distintas ao longo do tempo, gerando assim uma convergência

---

<sup>9</sup>Para mais informações: <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/prioridades-e-politicas-de-governo>;

<sup>10</sup>Para mais informações: <http://www.antigoseplan.pi.gov.br/planejamento.php> e <http://www.seplan.pi.gov.br/mapa-grande.pdf>;

<sup>11</sup> Para mais informações: <https://www.rededegestoresecosol.org.br/governo-do-rn-regulamenta-o-plano-estadual-de-economia-solidaria/>.

destas rendas no longo prazo. Disputam com esta visão as teorias que sugerem haver, uma tendência de divergência de renda entre economias regionais distintas, sugerindo um aumento nas diferenças econômicas ao longo do tempo.

Para autores associados com o modelo de Solow, tal como Baumol (1986), Komendi e Meguire (1985) e Barro (1991), não haveria um “problema regional” a ser resolvido com políticas públicas específicas, uma vez que as taxas de crescimento da renda *per capita* de distintas regiões tendem a se equilibrar no longo prazo em um mesmo ponto. Já a linha teórica que postula a possibilidade de divergência de renda, incluindo autores como Myrdal (1960), Perroux (1967), Hirschman (1958) e Kaldor (1970), afirma que o próprio mercado tende a aumentar as disparidades de renda entre regiões, uma vez observadas as diferenças que distinguem as localidades mais ricas das menos desenvolvidas. Nessa linha de raciocínio, Myrdal (1960) argumenta que as migrações dos fatores de produção ocorrem na direção das regiões mais desenvolvidas, pelo seu maior dinamismo, com o que seria acentuada a concentração regional de renda. Assim, políticas públicas específicas seriam necessárias para reverter a concentração e beneficiar regiões mais deprimidas, estando as políticas praticadas no Nordeste em linha com esse entendimento e tendo alguns resultados positivos, como visto acima.

Até aqui tratamos principalmente da evolução pregressa do Nordeste e do seu semiárido. A literatura aponta que a região mostra avanços recentes significativos em suas deficiências econômicas. A seção seguinte mostra o que tem sido evidenciado no cenário mais recente, contextualizando potencialidades locais e as situações de crise econômica.

#### **4 CRESCIMENTO ECONÔMICO RECENTE E AS CRISES ECONÔMICAS**

A literatura tem evidenciado que transformações estão em curso na economia e na sociedade da Região Nordeste do Brasil, ainda mais quando considerado somente o Semiárido Nordestino. De acordo com Cavalcanti Junior e Lima (2019), entre os anos de 1999 e 2013<sup>12</sup> o crescimento do PIB, a preços constantes, foi de 82% para o Semiárido Nordestino, ao passo que nesse período o crescimento para a Região Nordeste foi de 72% e para o Brasil de 59%, evidenciando um maior dinamismo para a região semiárida. Evidências similares foram encontrados também por Garcia e Buainain (2011) e por Gomes (2013). Ainda, Cavalcanti Junior e Lima (2019) oferecem a mesma análise<sup>13</sup> para o setor industrial (de característica mais dinâmica), com valores de 59% para o semiárido, 54% para a Região Nordeste e 52% para o Brasil.

Para Garcia e Buainain (2011) o maior desenvolvimento do semiárido brasileiro é impulsionado por um amplo conjunto de fatores. Alguns desses incluem o próprio adensamento populacional, que amplia o mercado, a maior descentralização política e econômica estabelecida pela Constituição de 1988, com maior autonomia financeira a estados e municípios, a acumulação e maturação de investimentos públicos viabilizadores de importantes iniciativas privadas, como obras de infraestrutura e os polos inigados, e a maior integração à própria economia nacional, que expande o mercado local.

Outra evidência que mostra uma mudança na estrutura socioeconômica nordestina é dada por Carvalho (2014), que como já citado, apontou uma maior resistência do semiárido à forte seca no período de 2011-2013, apontada posteriormente

---

<sup>12</sup> Cálculo feito a partir do crescimento entre as médias do PIB entre os anos de (1999-2001) e (2011-2013).

<sup>13</sup> No que se refere ao período de tempo e metodologia de cálculo.

como a mais intensa dos últimos cem anos. O autor destaca vários fatores que influenciaram para essa nova configuração da região, e dentre esses estão as políticas de estímulo ao crescimento econômico, a exemplo do Pronaf e microcrédito produtivo, e as políticas sociais de transferência de renda, como o programa Bolsa Família<sup>14</sup> e os benefícios da Previdência Social. Consoante a isto, a oferta de alimentos provenientes dos municípios nordestinos localizados no Cerrado e o crescimento da rede de supermercados contribuem com os bons resultados em termos de abastecimento e segurança alimentar no período.

Por outro lado, a forte seca mencionada mostra que a preocupação com o fenômeno persiste na região. Os prejuízos foram tidos como consideráveis, como aponta Gomes (2013), que mostra que no ano de 2012 importantes produtos da região como, por exemplo, o feijão, o milho e a mandioca, tiveram perdas de respectivamente 80%, 66% e 40% de suas produções. Ainda, os rebanhos bovino, caprino e ovino tiveram reduções, respectivamente, de 9%, 8% e 6%, e a produção de leite caiu 17%.<sup>15</sup>

Há ainda de se mencionar o trabalho recente de Amaral Filho, Penna e Vieira (2021), que estudaram o desempenho econômico do Nordeste no período de 1985 até 2014. Os autores conseguiram observar uma clara divisão do desempenho da região nordestina ao separar dois subperíodos distintos: 1985-1999 e 2000-2014. No primeiro período, o desempenho nordestino fica abaixo do Brasil, tanto em termos de crescimento médio do PIB real (taxa média de crescimento: Nordeste (1,5%) e Brasil (2,4%)) como do PIB real por trabalhador (taxa média de crescimento: Nordeste (-1,61%) e Brasil (-0,14%)). Esta tendência se inverte no segundo período para ambas as variáveis: PIB real (Nordeste 3,4% e Brasil 2,6%) e PIB real por trabalhador (Nordeste 2,2% e Brasil 0,81%).

Outra informação interessante mostrada pelos autores acima foi a evolução da participação dos grandes setores da economia nordestina. Chama atenção que a partir de 2002 o processo de aumento da participação do setor de serviços no Nordeste sofre uma considerável ampliação, indo de pouco mais de 50% para quase 70%, enquanto a indústria cai de pouco menos 40% para pouco mais de 20%. Isso coincide, portanto, com o início do subperíodo mais dinâmico vivido pela região.

O desenvolvimento nordestino nos últimos anos também tem sua explicação pautada no estímulo dado pela política de valorização do salário-mínimo e pelas aposentadorias rurais, fatores que atuam pelo lado da demanda de bens de consumo, fomentando também investimentos privados. Principalmente nos anos 2000, entre 2005 e 2015, o salário-mínimo logrou importantes aumentos reais, o que contribuiu para um aumento do poder de compra da população. Possivelmente, a similaridade com as transferências do bolsa família, essa renda extra teve um impacto decisivo sobre a demanda de diversas atividades que fornecem serviços e produtos às famílias. Já a aposentadoria rural, com sua legislação estabelecida pela Lei 8.213 de 1991 e pela Constituição Federal, também se constitui em um importante elo econômico no contexto regional.

A região Nordeste apresenta um conjunto variado de polos de desenvolvimento, em meio à sua heterogeneidade. O setor têxtil do agreste pernambucano, atividades de fruticultura irrigada na região do São Francisco e o cultivo de soja na região do cerrado nordestino são alguns exemplos. Cavalcanti Junior e Lima (2019) oferecem recente perspectiva dos setores

---

<sup>14</sup> Programa esse extinto em 2021, substituído pelo Auxílio Brasil e novamente reposto em 2023 no atual Governo. Para mais informações: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/30/bolsonaro-sanciona-com-vetos-lei-que-cria-auxilio-brasil.ghtml>

<sup>15</sup> Todas as comparações são feitas entre o valor obtido em 2012 e a média dos valores da mesma variável nos três anos anteriores (2009, 2010 e 2011).

industriais que vêm demonstrando maior dinamismo na região semiárida do Nordeste, baseado no aumento do número médio de vínculos empregatícios. São exemplos destacados naquele trabalho o setor de calçados nos municípios cearenses de Pentecoste e Uruburetama, a Construção Civil em Água Branca – Alagoas e a Indústria Química em Nossa Senhora das Dores – Sergipe.

O setor do turismo é outro que pode ser mencionado com um grande potencial de desenvolvimento regional. A Região Nordeste possui características singulares para o crescimento regional do setor. As diversas praias existentes ao longo da faixa litorânea, o clima tropical, a cultura regional única com manifestações como o Carnaval e o São João, são alguns exemplos. Apesar de diversos roteiros já consagrados, ainda parece que há muito por onde crescer o setor. Como argumentado por Tomé (2018), para que a atividade obtenha sucesso, é necessária uma infraestrutura adequada de acesso à região, como estradas e aeroportos, assim como redes hoteleiras, serviços de entretenimento de qualidade e mão de obra especializada para o setor. Nesse ponto, as recentes concessões de diversos aeroportos da região inflam expectativas acerca da melhoria da eficiência e da capacidade operacional das operações aeroportuárias, com expectativa positiva para o setor de turismo<sup>16</sup>.

Cabe-se mencionar a recente conclusão da transposição do Rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina como pilares de melhorias socioeconômicas futuras na região. A conclusão da transposição pode estar tendo um impacto profundo em um dos principais problemas da região semiárida: a falta de água. Melhorias de qualidade de vida, assim como redução de índices de mortalidade infantil são esperados. Por outro lado, apesar do atraso na conclusão da transnordestina, esta já teve importantes impactos ao longo de sua construção. Quando finalizada, está será uma importante ligação para o escoamento de produtos nos principais portos da região.

A crise econômica experimentada pelo Brasil a partir do ano de 2014 despertou dúvidas acerca do desempenho recente descrito. Esta crise, caracterizada por um período de recessão profunda aliada à grande instabilidade política, pode ter provocado mudanças maiores em diversos setores importantes a nível regional, atingido assim de forma heterogênea a região.

Como será melhor visto nos dados deste trabalho, a partir de 2017 a economia brasileira voltou a registrar crescimento positivo do PIB embora em patamares muito baixos (média anual de aproximadamente 1,4% até 2019). A região nordestina por sua vez, que já havia apresentado uma recessão menor em 2015 e 2016 na comparação com o Brasil (média de aproximadamente -2% para a região nestes anos, ante média de menos de -3% para o todo nacional), logrou crescimento mais robusto, pouco além de 2% em 2017. Porém, nos dois anos seguintes a região apresentou desempenho pior que o Brasil, incluindo um crescimento quase nulo em 2019, interrompendo uma sequência consecutiva de anos de crescimento acima do crescimento nacional (iniciada em 2012).

É, portanto, incerto o desempenho futuro da economia nordestina. Incerteza esta ampliada por acontecimentos recentes, como é o caso da crise decorrente da Pandemia de Covid 19, iniciada em 2020, podendo a crise ter provocado mudanças de rumo dentro das economias regionais. Mudanças mais permanentes parecem, no entanto, pouco prováveis, dado

---

<sup>16</sup>Para mais informações sobre as concessões dos aeroportos:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/15/grupos-estrangeiros-dominam-leilao-de-aeroportos-espanhola-aena-leva-bloco-nordeste.ghtml>

o caráter estrutural das desigualdades regionais no Brasil. Faz-se necessário, portanto, observar de perto as políticas públicas e seus efeitos para melhor diagnóstico do cenário nordestino.

## 5 BASE DE DADOS E ABORDAGEM EMPÍRICA

Para a montagem do banco de dados desse trabalho foram coletadas informações do IBGE (Plataforma Sidra), para o país, macrorregiões, estados, municípios e microrregiões<sup>17</sup>. Foram coletadas informações do Produto Interno Bruto (PIB) e das Estimativas da População Residente do IBGE, ambos entre os anos de 2002 e 2019<sup>18</sup>. Além disso, também foram coletados dados trimestrais do PIB real e nominal do Brasil através das Contas Nacionais Trimestrais, com o intuito de calcular o Deflator Implícito do PIB, usado para desinflacionar as séries.

Este trabalho utiliza amplamente o cálculo de médias aritméticas dos anos iniciais e finais das séries estudadas. Através dessa metodologia é possível observar a variação percentual dos dados e amenizar a implicação de algum dado atípico em algum ano, por conta de algum fator não esperado e localizado. Ao processar as informações coletadas procurou-se, no geral, destacar dois quadros. O primeiro é o comportamento da economia das regiões em uma perspectiva de curto prazo, acompanhando ano a ano os acontecimentos, observando os anos pré, pós e durante a crise iniciada em 2014. Já o segundo busca uma visão de longo prazo, buscando observar as modificações nas regiões ocorridas no período das duas primeiras décadas do século 21.

Ainda, para se obter as informações sobre o Semiárido Nordestino foram agregados os dados de todos os seus 1.171 municípios, obedecendo a delimitação de 2017. Para o cálculo do PIB *per capita* das localidades, dividiu-se o valor do PIB em cada ano pelo valor da população estimada no mesmo ano.

### 5.1 Análise dos Resultados

#### 5.1.1 Brasil, Grandes Regiões e Semiárido

A Tabela 1 mostra o crescimento anual do PIB real do Brasil, das Grandes Regiões e do Semiárido Nordestino. Nela é possível ver o efeito da crise iniciado em 2014, com impacto global mais significativo em 2015 e 2016. A Figura 1 ilustra o comportamento desse período comparando o Nordeste e o seu semiárido ao desempenho nacional.

Tabela 1 – Taxa de Crescimento do PIB Real Anual (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil e Regiões – 2011 a 2019

---

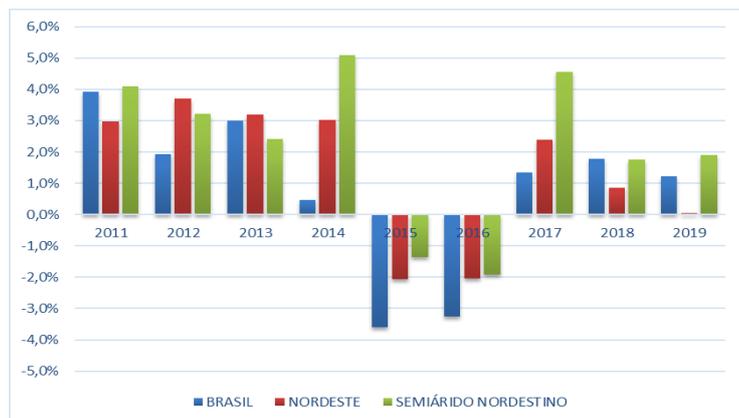
<sup>17</sup> Muitas microrregiões possuem o mesmo nome de municípios inclusos nas mesmas.

<sup>18</sup> As estimativas populacionais não estão disponíveis para 2007 e 2010.

Brasil e Regiões	ANO									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Brasil	3,9%	1,9%	3,0%	0,5%	-3,6%	-3,2%	1,3%	1,8%	1,2%	
Norte	7,4%	-0,4%	5,0%	-2,3%	-3,3%	-2,7%	5,2%	0,8%	4,1%	
Nordeste	3,0%	3,7%	3,2%	3,0%	-2,1%	-2,0%	2,4%	0,9%	0,1%	
Sudeste	3,9%	1,6%	1,9%	-0,2%	-5,2%	-4,8%	0,8%	2,3%	1,0%	
Sul	3,6%	1,8%	7,0%	-0,1%	-1,2%	-2,0%	1,4%	2,0%	2,1%	
Centro-oeste	4,1%	2,9%	1,6%	3,6%	-0,7%	1,0%	0,6%	0,8%	1,0%	
Semiárido nordestino	4,1%	3,2%	2,4%	5,1%	-1,4%	-1,9%	4,6%	1,8%	1,9%	

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Figura 1 – Taxa de Crescimento do PIB Real Anual (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil, Região Nordeste e Semiárido Nordestino – 2011 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

A desaceleração do PIB nacional em 2014 foi influenciada principalmente pelos desempenhos das regiões Sudeste, Sul e Norte (com enorme tombo para as duas últimas), com o Nordeste ainda sustentando crescimento parecido com o dos anos anteriores (com influência do ótimo crescimento do semiárido, o maior da série observada: 5,1%).

A tabela acima evidencia ainda que todas as regiões foram impactadas nos anos recessivos de 2015 e 2016, apesar da existência de abismos. A economia do Sudeste é, de longe, a mais afetada, com a região mais rica do país registrando crescimento negativo médio -5% nestes dois anos, talvez refletindo o maior peso da indústria e do mercado consumidor, que a torna mais susceptível às flutuações de demanda, enquanto o Centro Oeste, com média de 0,2% foi o menos afetado, o que deve ter a ver com o maior peso do agronegócio exportador de grãos, cuja demanda apresentou maior estabilidade. A Região Nordeste perdeu menos, com patamar médio de -2%, ficando em uma colocação melhor que o Norte, porém inferior ao Sul, com o seu Semiárido com desempenho de -1,6%.

Os anos de 2017-19 mostram que a economia brasileira enfrentou dificuldades para recuperar o nível de atividade anterior à crise, com crescimento médio aproximado de 1,4%. O que chama atenção é que em um primeiro momento, no ano

de 2017, a Região Sudeste ainda não consegue retomar um crescimento mais expressivo, ocorrendo no Norte e no Nordeste maior alento. Porém, enquanto o ano seguinte marca uma melhora do primeiro, os demais enfrentam um decaimento. Por fim, para o Nordeste, o ano de 2019 marca uma piora maior, com crescimento quase nulo, muito embora sua região semiárida tenha crescido 1,9% nesse ano. A política econômica contracionista, iniciada em 2015 e mantida posteriormente, junto com a menor mobilização de empresas estatais, como a Petrobras, por exemplo, pode ajudar a entender esses resultados. A recuperação da região Norte tem a ver com a expansão agrícola (e do desmatamento), da mineração e com a melhoria observada na Zona Franca de Manaus. As dificuldades do Nordeste na retomada têm a ver, além do contracionismo fiscal, com a queda dos investimentos e do consumo este diante do elevado nível de desemprego no pós 2015<sup>19</sup>. No semiárido a volta das chuvas, o dinamismo de polos de irrigação, de confecções, de atividades extrativas minerais, entre outras, explica a recuperação.

Mudando de foco e buscando se concentrar nas mudanças de longo prazo do PIB real, ocorridas no país e no território nordestino referente às duas primeiras décadas do século XXI, as Tabelas 2 e 3 resumem as informações sobre essa variável, no que se refere a volume, participação e crescimento.

Tabela 2 – PIB real a preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (Mil Reais) e Crescimento das Médias – Brasil e Regiões

Brasil e regiões	Média 2002-04	Média 2017-19	Crescimento
Brasil	5.172.569.752	7.286.555.793	41%
Norte	248.452.846	408.325.188	64%
Nordeste	668.628.871	1.044.390.250	56%
Sudeste	2.936.160.916	3.862.495.986	32%
Sul	863.553.797	1.246.625.550	44%
Centro-Oeste	455.773.322	724.718.819	59%
Semiárido nordestino	215.991.150	363.547.180	68%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Tabela 3 – Participação das Regiões no PIB real do Brasil – (Médias 2002-04 e 2017-19) e Crescimento das Médias

Regiões	Média 2002-04	Média 2017-19	Crescimento
Norte	4,80%	5,60%	17%
Nordeste	12,93%	14,33%	11%
Sudeste	56,77%	53,01%	-7%

<sup>19</sup> Segundo o artigo **Norte será única região a se recuperar da crise este ano**, do Sistema FIEMS (07/05/2019): "O impacto da crise econômica e política que assolou o país chegou de forma mais significativa em 2015 no Nordeste e coincidiu com a desmobilização dos investimentos", diz o economista e sócio da Ceplan, Paulo Guimarães. "O final da implantação de grande parte dos empreendimentos estruturadores e dispensa massiva de mão de obra fez a taxa de desemprego aumentar rapidamente e, obviamente, reduzindo expressivamente a renda média das famílias." <https://www.fiems.com.br>

<b>Sul</b>	16,69%	17,11%	2%
<b>Centro-Oeste</b>	8,81%	9,95%	13%
<b>Semiárido nordestino</b>	4,18%	4,99%	19%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Observa-se no período estudado sinais de alguma convergência do PIB real entre as regiões estudadas, porém não ocorre troca de posições entre as regiões, apesar da diminuição das diferenças, como fica mais perceptível ainda olhando as mudanças na participação. A única região que registra queda é o Sudeste (decréscimo de -7%), com todas as demais com exceção do Sul (crescimento de 2%) crescendo acima de 10% suas participações. Apesar do ocorrido no período, a distância entre o Sudeste e as demais regiões segue muito grande, com este correspondendo ainda por pouco mais de 50% de todo o PIB brasileiro. Nesse caso, persiste a estabilidade na distribuição regional do total produzido, bem como a heterogeneidade estrutural. Possíveis explicações associadas às mudanças regionais na participação no PIB são: deslocalizações de investimentos industriais do Sudeste para as demais regiões; a própria desindustrialização que afeta mais o Sudeste; políticas públicas de incentivos fiscais (União e estados) levando investimentos privados para a periferia; atuação do Estado via investimentos em infraestrutura econômica e social; efeitos diferenciados das transferências de renda nas regiões com mais pobres, particularmente no Nordeste, além da maior inserção exportadora, principalmente de grãos, cana de açúcar, pecuária e minérios, do Norte, Centro Oeste e Nordeste (principalmente grãos e fruticultura irrigada).

A Tabela 4, por sua vez, mostra o comportamento recente do PIB *per capita* real. Como esperado, esta é uma variável que se comporta similarmente ao PIB real. Apesar disto, é possível destacar aqui um tombo ainda maior nos anos de crise de 2015-16, para todas as regiões, mas com resultados menos ruins para o Centro-Oeste, Sul e Nordeste. O crescimento médio deste biênio para o Brasil é de -4,2%, enquanto para o Nordeste de -2,7% e para o Semiárido Nordestino de -2.2%. O resultado nordestino ruim em 2019 visto acima é também realçado aqui, com um crescimento negativo de -0,5%. Destaque-se o resultado mais favorável do semiárido nordestino, seja, em geral, crescendo mais ou decrescendo menos, indicando um certo dinamismo endógeno, bem como os resultados negativos para o Centro-Oeste entre 2015 e 2019. O fraco desempenho do Nordeste pode ter advindo do contracionismo fiscal, com menores transferências governamentais, já que a região depende bastante dessas despesas.

Tabela 4 – Taxa de Crescimento do PIB Per Capita Real Anual (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil e Regiões – 2012 a 2019

Brasil e regiões	Ano							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Brasil</b>	1,1%	-0,6%	-0,4%	-4,4%	-4,0%	0,6%	1,4%	0,4%
<b>Norte</b>	-1,7%	0,8%	-3,7%	-4,6%	-4,0%	3,9%	-0,6%	2,7%
<b>Nordeste</b>	2,9%	-0,3%	2,3%	-2,7%	-2,7%	1,8%	1,7%	-0,5%
<b>Sudeste</b>	0,9%	-1,6%	-1,0%	-5,9%	-5,4%	0,1%	1,4%	0,3%

<b>Sul</b>	1,2%	3,0%	-0,9%	-2,0%	-2,7%	0,7%	1,6%	1,3%
<b>Centro-Oeste</b>	1,7%	-2,3%	2,0%	-2,2%	-0,4%	-0,8%	-0,5%	-0,3%
<b>Semiárido nordestino</b>	2,6%	-1,0%	4,5%	-1,9%	-2,4%	4,0%	2,7%	1,5%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Já a Tabela 5 mostra o crescimento do PIB *per capita* (em valores mensais) entre as médias iniciais e finais da série estudada, para o Brasil e Regiões, possibilitando um olhar mais apurado sobre as mudanças de bem-estar no período. É possível observar novamente quase o mesmo padrão de comportamento visto no PIB real. A única exceção fica com o crescimento quase idêntico visto das regiões Sul e Norte (26,66% para a primeira e 25,60% para a segunda). As regiões mais pobres (Nordeste e seu semiárido) são as que mais cresceram, enquanto a mais rica até então (Sudeste) foi a que menos avançou. De fato, o Sudeste deixa de ser a região com a maior renda *per capita*, dando o lugar para o Centro-Oeste.

Chama atenção que, apesar das regiões Norte e Centro-Oeste terem crescido acima do Nordeste em termos de PIB real, o mesmo não ocorre com o PIB *per capita*. De fato, a evidência destas regiões citadas serem as que mais cresceram em termos populacionais (aproximadamente o dobro que as demais cada uma, onde a migração deve ter influenciado) é o ponto fundamental aqui<sup>20</sup>.

Tabela 5 – PIB *Per Capita* Mensal Real (R\$) (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil e Regiões – Médias de 2002-04 e 2017-19 e Crescimento das Médias

<b>Brasil e regiões</b>	<b>Média 2002-04</b>	<b>Média 2017-19</b>	<b>Crescimento</b>
Brasil	2.425	2.908	20%
Norte	1.490	1.871	26%
Nordeste	1.125	1.526	36%
Sudeste	3.230	3.671	14%
Sul	2.753	3.487	27%
Centro-Oeste	3.063	3.754	23%
Semiárido nordestino	773	1.154	49%

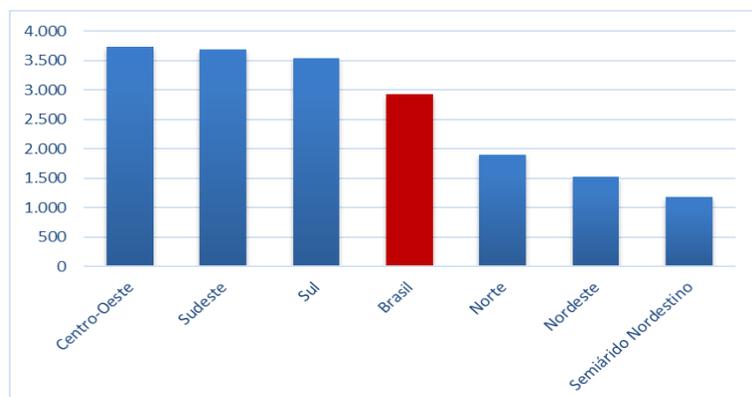
Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

A luta do Semiárido Nordestino para superar sua maior precariedade pode ser observada na evolução do seu PIB *per capita* (a preços de 2019) em valores mensais na comparação com o valor do salário-mínimo no ano de 2019, que valia R\$ 998. Da série iniciada em 2002, os dados mostram que somente a partir de 2011, quando o valor regional do PIB *per capita* foi de R\$ 1067,00, a região passou a apresentar valores acima do mínimo. Apesar disto e do maior crescimento mostrado no

<sup>20</sup> Crescimento populacional estimado para as regiões brasileiras entre os valores médios de 2002-04 e 2017-19: Norte (31%), Centro Oeste (30%), Nordeste (15%), Sudeste (16%), Sul (14%) e Semiárido Nordestino (13%).

período, a região ainda permanece longe das demais, como pode ser visualizado pela Figura 2, que mostra o valor para o ano mais recente disponível.

Figura 2—PIB *Per Capita* (Média Mensal) (R\$)—Brasil, Região Nordeste e Semiárido Nordestino—2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Como é possível observar, o PIB *per capita* nordestino em 2019 corresponde a somente 52% do brasileiro, e somente a 41% do da Região Centro-Oeste. Enquanto para a área semiárida os valores são ainda piores, de 40% para o Brasil e de 31% para a região Centro-Oeste. Isso mostra o quanto ainda é necessária a continuação, em um ritmo mais intenso via políticas públicas, desse, até aqui, lento processo de crescimento na periferia para se chegar a uma situação socioeconômica mais homogênea no país. A seção a seguir apresenta os resultados para os estados e microrregiões nordestinas, no intuito de observar possíveis mudanças intrarregionais.

### 5.1.2 Estados e Microrregiões

A Figura 3 ilustra o comportamento do PIB real dos estados nordestinos entre 2012-19. A maioria dos estados oscilaram negativamente nos anos de crise 2015-16. As exceções foram apenas Alagoas (5,15%) e Bahia (1,69%) em 2015, com influência da indústria e do setor agropecuário<sup>21</sup>, e Maranhão (0,59%) em 2016. Esse resultado é significativo, pois poucos foram os estados brasileiros que conseguiram fugir do crescimento negativo no biênio<sup>22</sup>. Já entre os casos com o pior desempenho pode-se destacar Pernambuco (-5,98%) e Maranhão (-5,1%) em 2015, e Sergipe (-6,7%) em 2016. Apesar do enorme decréscimo, estão distantes de estados como Espírito Santo e Rio de Janeiro<sup>23</sup>. As informações aqui reforçam que,

<sup>21</sup> Ver, PIB baiano alcança R\$ 245 bilhões em 2015, SEI/BA. <https://sei.ba.gov.br/index.php?lang=pt>

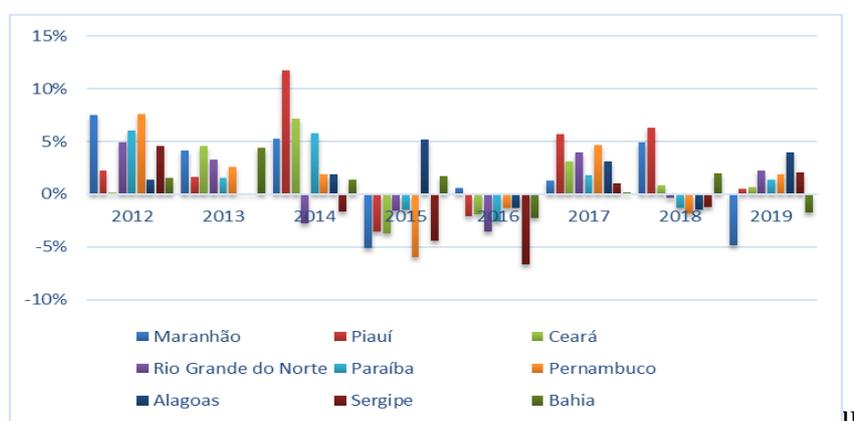
<sup>22</sup> Estados não-nordestinos que conseguiram obter crescimento positivo nos anos 2015-16: Tocantins (2,65%), Paraná (0,63%) e Distrito Federal (1,48%) em 2015; Tocantins (1,02%), Mato Grosso do Sul (2,34%), Mato Grosso (6,71%) e Distrito Federal (1,08%) em 2016.

<sup>23</sup> Taxa de crescimento PIB real: Rio de Janeiro (-8,73% em 2015, -10,1% em 2016) e Espírito Santo (-13,15% em 2015, -16% em 2016) (estados mais afetados pela crise).

apesar da desaceleração em 2014 ter sido pouco sentida na Região Nordeste, os resultados de 2015 e 2016 não colocam dúvidas do efeito da crise sobre a região.

O ano de 2017 mostra uma boa recuperação econômica de alguns estados (como Pernambuco (4,69%) e Piauí (5,67%)), ao passo que evidencia certa dificuldade enfrentada por outros (como Bahia (0,19%), Sergipe (1,02%) e Maranhão (1,26%)). Os dados ainda mostram que a queda de 2018 no Nordeste resultou mais do crescimento negativo de alguns estados neste ano: Rio Grande do Norte (-0,34%), Paraíba (-1,27%), Pernambuco (-1,80%), Alagoas (-1,47%) e Sergipe (-1,23%). Já o crescimento quase nulo de 2019 é puxado consideravelmente pelos estados do Maranhão (-4,86%) (que no ano anterior tinha tido um ótimo desempenho junto com o Piauí) e da Bahia (-1,70%).

Figura 3 – Taxa de Crescimento Anual do PIB Real (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Estados Nordestinos – 2012 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Já o crescimento de longo prazo calculado para os estados é exibido pela Tabela 6. O estado do Piauí, um dos mais pobres do Brasil, é de longe o com melhor desempenho, sendo não somente o estado nordestino que mais cresceu como também o que mais cresceu no Brasil, seguido por Tocantins (97%) e Pará (83%) nas duas posições seguintes. O estado do Maranhão, igualmente entre os mais pobres do país, fica em segundo maior em crescimento no Nordeste (sétimo no Brasil como um todo), seguido por Ceará e Pernambuco com crescimento acima de 60%.<sup>24</sup> Como destaques negativos ficam a Bahia (44%) e, principalmente, Sergipe, com crescimento muito inferior, de 25%. Este último inclusive somente fica na frente do Rio de Janeiro, estado brasileiro que menos cresceu (22%), e pouco atrás de São Paulo (31%).

É possível inferir, portanto, que não há um padrão muito claro de convergência de crescimento dentro do Nordeste, com estados maiores como Pernambuco e Ceará com bons números de crescimento, enquanto a Bahia mostra um valor menor. Por outro lado, estados menores apresentam crescimento mais abaixo, como Alagoas e Sergipe.

<sup>24</sup> O crescimento do Piauí e do Maranhão tem a ver com a expansão da agricultura de grãos nos cerrados nas fronteiras dos mesmos com o estado do Tocantins. No Piauí, ademais, crescem setores como energia renovável (solar e eólica), indústrias extrativas e extração vegetal. No Maranhão também cresceu a indústria de transformação, com destaque para o papel e a celulose, fabricação de bebidas e alimentos e a expansão da atividade metalúrgica.

Tabela 6 – PIB Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (Mil Reais) e Crescimento das Médias – Estados do Nordeste

Estado	Média 2002-04	Média 2017-19	Crescimento
Maranhão	57.529.212	99.054.689	72%
Piauí	24.977.045	51.560.944	106%
Ceará	98.530.476	162.375.910	65%
Rio Grande do Norte	45.816.080	70.384.766	54%
Paraíba	43.394.611	67.673.065	56%
Pernambuco	120.283.708	196.607.155	63%
Alagoas	38.369.487	57.740.595	50%
Sergipe	35.497.167	44.270.259	25%
Bahia	204.231.087	294.722.868	44%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

As mudanças de longo prazo do PIB *per capita*, por sua vez, mostram-se na Tabela 7. O Piauí novamente se destaca aqui com um crescimento muito acima dos demais, sendo também o estado brasileiro que mais cresceu e deixando de ser o estado mais pobre do Nordeste, nesse critério. O Maranhão, por sua vez, vem em segundo no ranking nordestino, e terceiro no brasileiro (atrás do Tocantins (56%)). Estes dois estados nordestinos eram os únicos que para a primeira média de 2002-04 tinham PIBs per capita inferiores ao salário-mínimo em 2019.

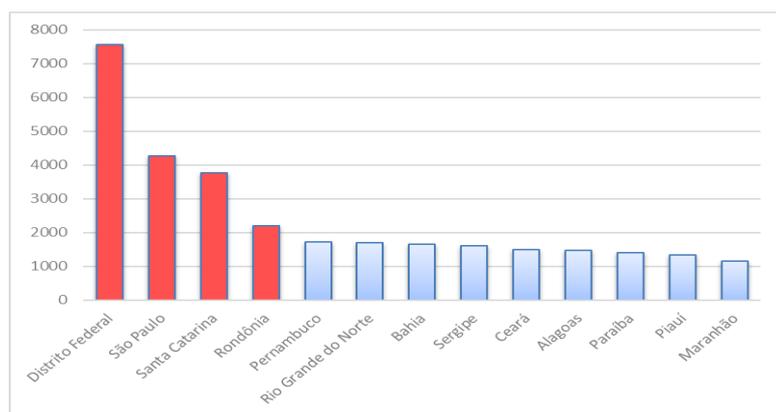
O Estado de Sergipe novamente vai mal, sendo o estado que menos cresceu no Nordeste, e perdendo apenas para o Amazonas do ponto de vista nacional (único estado do país a ter crescimento negativo: -1%). O ranking de crescimento visto aqui para a região nordestina é quase similar ao do PIB real, com apenas o Rio Grande do Norte perdendo posições e ficando em penúltimo.

Tabela 7 – PIB *Per Capita* Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (Média Mensal) (R\$) e Crescimento das Médias – Estados do Nordeste

Brasil e regiões	Média 2002-04	Média 2017-19	Crescimento
Maranhão	812	1.173	44%
Piauí	710	1.321	86%
Ceará	1.053	1.491	42%
Rio Grande do Norte	1.316	1.677	27%
Paraíba	1.025	1.405	37%
Pernambuco	1.224	1.723	41%
Alagoas	1.092	1.438	32%
Sergipe	1.569	1.612	3%
Bahia	1.262	1.637	30%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Figura 4 – PIB *Per Capita* (Média Mensal) (R\$ 1) – Estados do Nordeste, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rondônia – 2019

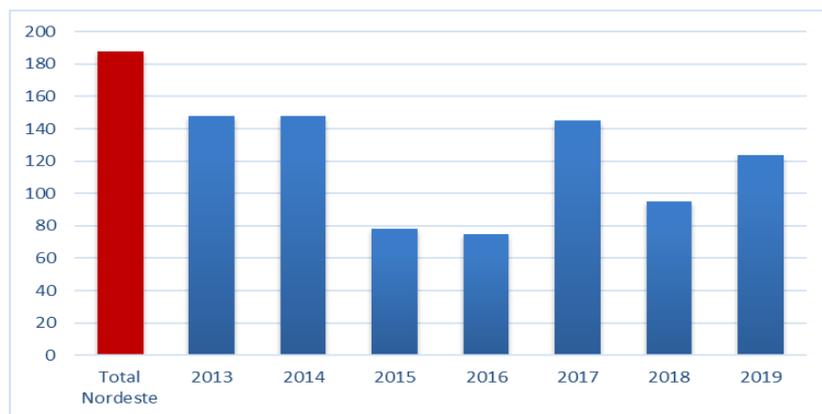


Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Evidenciando mais uma vez a disparidade ainda existente entre o Nordeste e o resto do país, mesmo com os avanços aqui mencionados, a Figura 4 mostra, em ordem decrescente, o PIB *per capita* dos estados nordestinos e dos maiores estados das demais macrorregiões brasileiras no ano de 2019. Nenhum estado nordestino ultrapassa o nível de 2.000 reais de PIB *per capita*. Mesmo Pernambuco, o maior da região com valor de R\$ 1.725, corresponde a 78% do valor de Rondônia, o maior da Região Norte. O abismo fica ainda maior quando se compara com os outros estados considerados: 46% do valor de Santa Catarina, 40% de São Paulo e 23% do Distrito Federal.

Avançando na análise, a observação das microrregiões aprofunda o entendimento das mudanças intrarregionais recentes na economia da Região Nordeste. A Figura 5 mostra um retrato geral do crescimento das microrregiões nordestinas nos anos de 2013-19, evidenciando a quantidade destas que tiveram crescimento positivo em cada ano. Fica novamente evidente a queda abrupta sofrida pela economia nordestina nos anos de crise de 2015 e 2016, com um número de microrregiões com crescimento positivo nestes anos correspondendo a praticamente metade do observado nos dois anos anteriores. Ainda, o número de microrregiões que tiveram crescimento positivo do PIB em ambos os anos de 2013 e 2014 foi de 118, ao passo que para ambos os anos de 2015 e 2016 o mesmo resultado foi de 31.

Figura 5 – Total de Microrregiões Nordestinas e Número de Microrregiões com Crescimento Positivo do PIB Real (2013 a 2019)



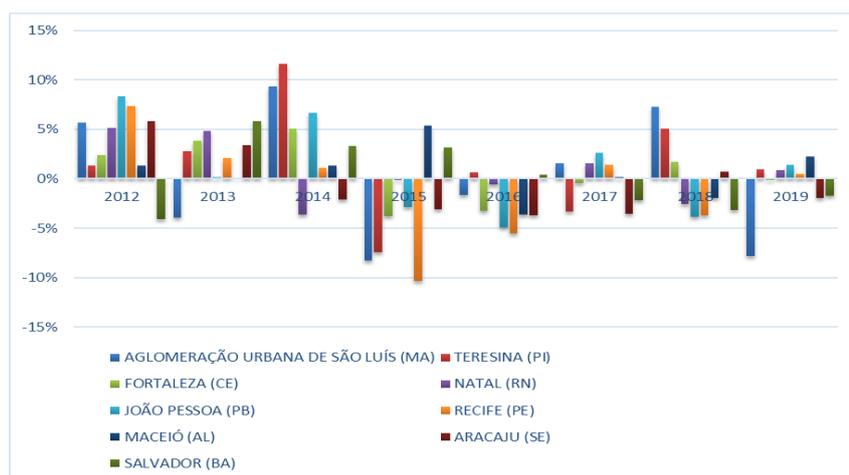
Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Ainda de acordo com a Figura 5, apesar do ano de 2017 marcar uma retomada aos números anteriores à manifestação da crise, os anos seguintes evidenciam a já mencionada instabilidade da região, com 2018 e 2019 registrando números menores. Aqui chama atenção que, apesar da redução do crescimento do PIB nordestino em 2019 para quase zero, o número de microrregiões com crescimento positivo aumentou em relação a 2018, o que pode indicar que essa queda se deva a um conjunto pequeno de localidades importantes.

A Figura 6, por sua vez, traz o resultado do crescimento anual do PIB real para as microrregiões nordestinas que possuem municípios que incluem a capital do estado e cidades circundantes, no período de 2012-19. O comportamento geral do crescimento para essas localidades sofre também uma grande mudança a partir de 2015, com a grande maioria das microrregiões registrando crescimento negativo em 2015 e 2016. Alguns resultados como os de Recife (-10,35%) e da Aglomeração Urbana de São Luís (-8,25%) em 2015, seguem os resultados ruins de seus respectivos estados, Pernambuco e Maranhão. A média de crescimento das microrregiões foi -3,05% em 2015, e de -2,46% em 2016.

Os dados ainda apontam que os anos a partir de 2017 continuaram sendo de dificuldades para esse conjunto de microrregiões, com muitos crescimentos negativos e poucos casos de crescimento mais vigoroso (Aglomeração Urbana de São Luís (7,30%) e Teresina (5,07%) em 2018, por exemplo). A prova disto é que as médias de crescimento destes anos continuaram no patamar negativo: 2017 (-0,23%), 2018 (-0,03%) e 2019 (-0,63%). As médias dos demais anos foram: 2012 (3,71%), 2013 (2,14%) e 2014 (3,64%). Tais resultados sugerem, por outro lado, que regiões fora das capitais estão atraindo investimentos e demonstrando maior dinamismo.

Figura 6 – Taxa de Crescimento Anual do PIB Real (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Microrregiões que Incluem as Capitais dos Estados – 2012 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

O crescimento das microrregiões acima para o período total analisado é dado pela Tabela 8 a seguir. A microrregião de Teresina (PI) foi a de melhor desempenho no período, seguindo o bom desempenho do Piauí. Crescendo com mais de 60% ainda se encontram a Aglomeração Urbana de São Luís (MA) e Natal (RN). Chama atenção o baixo crescimento de microrregiões maiores como Recife (PE) (30%) e Salvador (BA) (35%), contribuindo para uma diminuição das distâncias entre regiões e desconcentrando os PIBs estaduais. Por outro lado, Aracaju (SE) apesar de ser uma das menores regiões listadas, acompanha o fraco desempenho do seu estado, crescendo apenas 36%. O crescimento médio para todas as microrregiões consideradas foi de 54%.

Tabela 8 – PIB Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (R\$ 1.000) e Crescimento das Médias – Microrregiões que Incluem as Capitais dos Estados

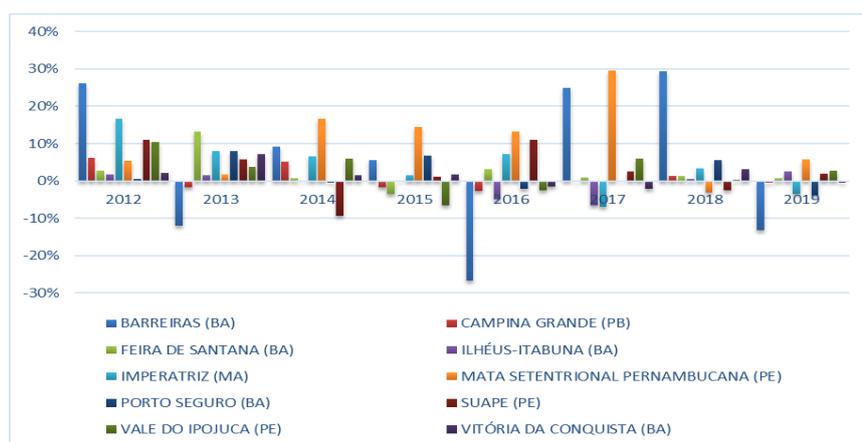
Microrregiões	Média 2002-04	Média 2017-19	Crescimento
Aglomeração urbana de São Luís (MA)	21.888.442	36.605.400	67%
Teresina (PI)	12.771.508	23.397.221	83%
Fortaleza (CE)	58.605.782	92.958.646	59%
Natal (RN)	19.075.216	30.994.353	62%
João Pessoa (PB)	18.564.165	28.825.790	55%
Recife (PE)	65.778.727	85.528.598	30%
Maceió (AL)	18.103.350	28.298.859	56%
Aracaju (SE)	16.220.332	22.034.891	36%
Salvador (BA)	91.054.910	122.584.644	35%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Em outro cenário, a Figura 7 traz o resultado do crescimento anual do PIB real para o grupo das 10 maiores microrregiões em tamanho do PIB na média de 2017-19, exceto aquelas que incluem municípios que são capitais de estados

(já destacados acima). Apesar de casos atípicos, com grande variabilidade, como o caso de Barreiras (BA), a percepção aqui também é de uma queda do desempenho econômico, apesar de menor quando comparado ao grupo acima. Aqui, a média de crescimento, que antes flutuou de 8,27% em 2012, 3,58% em 2013 e 3,63% em 2014, passa para 1,97% em 2015 e -0,56% em 2016.

Figura 7 – Taxa de Crescimento Anual do PIB Real (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – 10 Maiores Microrregiões Nordestinas de Acordo com o PIB na Média 2017-19 (Exceto aquelas que Incluem Municípios que são Capitais) – 2012 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Por outro lado, ao contrário do grupo anterior, a retomada a partir de 2017 foi mais positiva, com 2017 e 2018 registrando médias de crescimento de 4,84% e 3,95% respectivamente. Já o ano de 2019, com média de -0,75%, acompanha mais de perto a queda da economia nordestina vista neste ano. Chama atenção o desempenho da Mata Setentrional Pernambuco (PE), que vindo de um ritmo de crescimento elevado desde 2014 manteve o crescimento durante o biênio de crise 2015-16 e obteve quase 30% de crescimento em 2017.

A Tabela 9 por sua vez exibe o crescimento de longo prazo das microrregiões aqui consideradas. A Mata Setentrional Pernambuco (PE), além do destaque recente visto acima durante a crise, é a quinta região com maior volume de crescimento no período analisado dentre todas as microrregiões, além de ser a maior aqui. Esta microrregião (que inclui municípios como Carpina, Goiana e Paudalho)<sup>25</sup>, junto com outras de destaque no estado de Pernambuco como Suape (PE) e Vale do Ipojuca (PE)<sup>26,27</sup>, provavelmente ajudaram a contrabalancear o resultado ruim de Recife (PE), ajudando no crescimento estadual.

<sup>25</sup> O município de Goiana, por exemplo, contou com a inauguração da fábrica de automóveis da FCA/FIAT, incluindo 10 fornecedores e seus subfornecedores de autopeças, em 2015, o que provavelmente contribuiu para o crescimento da microrregião observado no estudo. Para mais informações: <https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/fabrica-da-fca-em-goiana-e-oficialmente-inaugurada/>

<sup>26</sup> O desenvolvimento observado na área ao redor do Distrito Industrial do Porto de Suape, onde destacam-se a Refinaria Abreu e Lima e dois estaleiros, gerou importante impacto sobre diversos setores econômicos nos municípios inclusos na microrregião de Suape (PE) (municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho).

<sup>27</sup> A microrregião do Vale do Ipojuca (PE) conta com cidades com forte aptidão para o turismo, comércio e têxtil/confecções, como Caruaru, Bezerros e Gravatá.

Outra microrregião aqui com crescimento acima de 100% foi Feira de Santana (BA). Do lado oposto, foram mal as regiões baianas de Ilhéus-Itabuna (BA) (18%) e Porto Seguro (BA) (38%). O crescimento médio das 10 microrregiões aqui foi de 89% (ante os 54% registrado pelo grupo anterior). Por fim, vale destacar que a microrregião de Mossoró (RN), apesar de não pertencer ao grupo aqui considerado, ela fazia parte dos 10 maiores na média de 2002-04. O fraco crescimento de 14% no período, tirou a região de Mossoró da lista, fazendo com que Vitória da Conquista (BA) entrasse.

Tabela 9 – PIB Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (R\$ 1.000) e Crescimento das Médias – 10 Maiores Microrregiões Nordestinas de Acordo com o PIB na Média 2017-19 (Exceto aquelas que Incluem Municípios que são Capitais)

Microrregiões	Média 2002-04	Média 2017-19	Crescimento
Barreiras (BA)	9.948.739	16.980.826	71%
Campina Grande (PB)	7.094.592	10.806.273	52%
Feira de Santana (BA)	10.477.144	22.696.266	117%
Ilhéus-Itabuna (BA)	12.985.808	15.304.045	18%
Imperatriz (MA)	7.641.367	12.460.849	63%
Mata Setentrional Pernambucana (PE)	5.768.032	16.505.340	186%
Porto Seguro (BA)	11.447.007	15.807.046	38%
Suape (PE)	8.554.217	22.549.445	164%
Vale do Ipojuca (PE)	7.487.974	15.447.247	106%
Vitória da Conquista (BA)	5.630.639	10.007.455	78%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Por fim, cabe destacar algumas informações gerais sobre o crescimento das 188 microrregiões como um todo. As três microrregiões que mais cresceram na Região Nordeste no intervalo das médias consideradas foram: Baixo Curu (CE) (447%), Baixa Verde (RN) (322%) e Alto Parnaíba Piauiense (PI) (272%)<sup>28 29 30</sup>. Além disso, um total de 35 regiões cresceram acima dos 100%, enquanto 96 entre o intervalo de [50%, 100%). Do ponto de vista oposto, apenas 7 microrregiões tiveram registro de crescimento negativo, entre eles: Sergipana do Sertão do São Francisco (SE) (-8%) e Japarutuba (SE) (-27%).

As informações acima ajudam a realçar o bom desempenho visto pelo Nordeste neste período, conseguindo ganhar mais espaço no produto brasileiro, e logrando um crescimento mais frutífero de sua área semiárida, em que pesem as heterogeneidades ainda persistentes.

<sup>28</sup>Dentre os municípios incluídos em Baixo Curu (CE), se encontra São Gonçalo do Amarante (CE), onde se localiza o Porto de Pecém, que têm se consolidado como um dos principais polos de desenvolvimento econômico do Ceará.

<sup>29</sup>Em Baixa Verde (RN) se destaca por exemplo o município de João Câmara, que sofreu enorme desenvolvimento recente impulsionado por investimentos no setor de energia eólica.

<sup>30</sup>A microrregião de Alto Parnaíba Piauiense (PI) é conhecida por ser um importante polo da produção de soja. Municípios da região como Uruçuí (PI) e Baixa Grande do Ribeiro (PI), são destaques na produção de grãos. De fato, o agronegócio pode estar sendo um dos pilares do desenvolvimento mais acentuado do estado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período que engloba as duas primeiras décadas do século 21 evidenciou uma lenta, mas importante, redução das desigualdades regionais no Brasil. Apesar das diferenças ainda serem relevantes, importantes avanços foram registrados entre as regiões mais pobres. No que se refere à Região Nordeste, esta se mostrou mais dinâmica do que o Brasil, e do que a região mais rica do país, o Sudeste. Além disso, sua região semiárida apresentou um crescimento superior ao próprio Nordeste como um todo, permitindo constatar, por exemplo, que no último ano estudado (2019) esta já obtivesse um valor de renda *per capita* superior ao do salário-mínimo em vigência. Mesmo com os avanços, a distância permanece elevada e exige mudanças nos padrões de competitividade sistêmicas no interior do Nordeste, conforme aqui foi dito.

A constatação acima é bastante simbólica no resultado das mudanças de participação das regiões brasileiras no PIB real do Brasil no período estudado. Enquanto o Sudeste decresce sua participação em -7%, todas as demais ganham participação, com o Nordeste registrando aumento de 11% (Tabela 3). Essa melhora da região nordestina pode ser vista também por outros aspectos, como o já citado crescimento ainda maior do semiárido e a superação de estados até então mais pobres, como o Maranhão e, principalmente, o Piauí. Potencialidades de alguns subespaços do semiárido, políticas públicas federais e estaduais, entre as quais o FNE, bem como os programas redistributivos, parecem ter sido fundamentais nesse avanço.

Nos anos mais recentes, novamente o Nordeste demonstrou um impulso maior que o Brasil (e mais ainda a área semiárida), inclusive sofrendo um impacto menor na crise de 2014-16, e obtendo uma recuperação mais forte em 2017. Porém, mais recente ainda, 2018 marca uma queda no desempenho nordestino, e 2019 piora ainda mais (apesar da manutenção de um crescimento razoável do semiárido, o que joga para as demais áreas o peso dessa queda). A inferência de que houve mais microrregiões com crescimento positivo em 2019 do que 2018 dá a entender que essa desaceleração ocorreu em um conjunto menor de localidades importantes (exemplo: Aglomeração Urbana de São Luís (-7,79% em 2019)). Enquanto isso, o crescimento brasileiro em 2018-19, apesar de pequeno, se manteve acima do nordestino, o que joga um pouco de incerteza acerca do desempenho desta região nos próximos anos.

O estudo a nível estadual mostrou que a crise, evidenciada com mais força entre 2015-16, impactou de modo geral todos os estados, apesar da existência de alguns mais afetados, como Sergipe e Pernambuco. Já o crescimento quase nulo de 2019 foi influenciado consideravelmente pelos decréscimos do Maranhão e da Bahia. O crescimento de longo prazo mostrou, como já mencionado, um excelente desempenho do Piauí (inclusive o maior do Brasil), que no começo dos anos 2000 era o estado mais pobre do país. Por outro lado, Sergipe apresenta um desempenho bem abaixo dos demais (sendo o penúltimo no ranking nacional), passando a ser o estado nordestino mais pobre na última média calculada do PIB real. No mais, não há um padrão de convergência muito claro, com estados maiores como Pernambuco e Ceará com bons números de crescimento de ambos PIB real e *per capita* real.

Do estudo microrregional, para ambos os conjuntos considerados, também se constatou uma queda no biênio 2015-16. Porém esta é muito mais significativa no grupo que inclui as capitais. Já no ano de 2019, ambos os grupos têm média

negativa de crescimento, contribuindo para o tombo daquele ano. O crescimento de longo prazo revelou microrregiões com excelente desempenho no período, como foram os casos da Mata Setentrional Pernambucana (PE) e Suape (PE), que colhem, ao lado de outras, em outros estados, os frutos de elevados investimentos associados a políticas públicas da era Lula/Dilma. Enquanto o grupo que inclui as capitais teve crescimento médio de 54%, o outro teve um dinamismo bem maior, de 89%, interiorizando assim o dinamismo econômico. Note-se que o crescimento mais forte de determinadas microrregiões pode estar também ligado diretamente às políticas fiscais estaduais de desenvolvimento econômico, junto ao suporte das políticas de transferência de renda, estas do Governo Federal.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. do; PENNA, C. M.; VIEIRA, F. H. Análise do desempenho econômico do Nordeste brasileiro, no período 1985-2014, à luz da história das políticas públicas: (histórias, teorias, instituições, políticas e cálculos). **Série Estudos Econômicos**, Fortaleza, n. 43, nov. 2021. Disponível em: <https://caen.ufc.br/wp-content/uploads/2021/11/seec-43.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- ARAÚJO, L. A.; LIMA, J. P. R. **Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semi-árido nordestino**: Planejamento e Políticas Públicas. v. 33, p. 45-77, 2009.
- BARRO, R. J. Economic growth in a cross section of countries. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 106, n. 2, p. 407-430, 1991.
- BAUMOL, W. J. Productivity growth, convergence, and welfare: what the long-run data show. **American Economic Review**, v. 76, n.5, p. 1072- 1085, dez. 1986.
- BUARQUE, S., O Nordeste mudou, mas continua no mesmo lugar, Revista.Será?, Mar. 2, 2019. <https://revistasera.info/>
- CALDAS, R. de M. **Essays on Public Policies in The Brazilian Northeast**. 2016. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- CARVALHO, C. P. de O.O Novo Padrão de Crescimento no Nordeste Brasileiro. **Rev. Econ. NE**, v.45, n. 3, p. 160-184, 2014.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- CAVALCANTI JUNIOR, C. A. A.; LIMA, J. P. R. O Semiárido Nordestino: Evolução Recente da Economia e do Setor Industrial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 69-88, 2019.
- CNI. **FCO, FNE e FNO Fundos Constitucionais de Financiamento**: como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar. Brasília, 2011.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GARCIA, J. R.; BUAINAIN, A. M. **Pobreza Rural e Desenvolvimento do Semiárido**: Projeto A Nova Face da Pobreza Rural no Brasil: Transformações, Perfil e Desafios para as Políticas Públicas. Curitiba, 2011.
- GOMES, G. M. **Macroeconomia do Nordeste: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional**. [S. l.]: IICA, 2013.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. Yale University Press: New Haven, 1958.

IBGE. **Banco de dados SIDRA**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 26 jul. 2022.

KALDOR, N. The case for regional policies. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p.337-348, nov. 1970.

KORMENDI, R. C.; MEGUIRE, P. G. Macroeconomic determinants of growth: Cross-country evidence. **Journal of Monetary Economics**, v. 16, n. 2, p.141-163, set.1985.

LIMA, J. P. R. A Economia do Semi-árido Nordestino: Desenvolvimento Recente e Transformações em Curso. *In*: CONGRESSO DA APDR, 19. 2014, Évora - PT. **Anais [...]**, Aveiro, 2014.

MARTINS, H. **Spatially Unbalanced Growth and Regional Economic Inequalities in Brazil: A Long Run Perspective**. 2019.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 04 ago. 2023.

PNUD. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras**. Brasília: PNUD, 2016.

QUEIROZ, R. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RESENDE, G. M. **Micro e macroimpactos de políticas de desenvolvimento regional: O caso dos empréstimos do FNE-industrial no estado de Ceará**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais - fundo de participação dos municípios – FPM**. Technical report: Ministério da Fazenda, 2012.

SILVA, A. M. A. da; RESENDE, G. M.; SILVEIRA NETO, R. da M. Eficácia do gasto público: uma avaliação do FNE, FNO e FCO. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 1, p. 89-125, 2009.

SILVA, R.M.A. da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOARES, R.; SOUSA, J.; PEREIRA NETO, A. Avaliação de impactos do FNE no emprego, na massa salarial e no salário médio em empreendimentos financiados. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, p. 217-234, 2009.

SOLOW, R. M. A contribution of the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

SUDENE. **Delimitação do Semiárido - 2021**. Recife: SUDENE, 2021.

TOMÉ, L. M. **Panorama do Turismo no Brasil e Oportunidades para a Região Nordeste**. Fortaleza: Etene, 2018.